

## A RELAÇÃO DE CONTRA-ARGUMENTO EM UMA ABORDAGEM INTERACIONISTA PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES DE DISCURSO

### THE COUNTER-ARGUMENT RELATION IN AN INTERACTIONIST APPROACH FOR THE STUDY OF DISCOURSE RELATIONS

Daniel Martins de Brito\*

Paloma Bernardino Braga\*\*

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é estudar o papel da relação de contra-argumento na negociação de faces e territórios em contexto de entrevista jornalística. Para alcançar esse objetivo, adotamos como referencial teórico-metodológico uma abordagem interacionista para o estudo das relações de discurso (ou textuais) que, com base nos estudos realizados pela Escola de Genebra (ou abordagem genebrina da Análise do Discurso), vem sendo desenvolvida no Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso (GEPTED), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Com a análise desenvolvida, verificamos que a relação contra-argumentativa ajuda o locutor a bloquear ou, pelo menos, a tentar bloquear objeções do interlocutor, protegendo, assim, a face e o território tanto do próprio locutor quanto do interlocutor. Verificamos também que a relação de contra-argumento pode auxiliar o locutor a objetar a intervenção do interlocutor, atacando a face dele e invadindo seu território.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relação de contra-argumento. Faces e territórios. Abordagem genebrina da Análise do Discurso.

**ABSTRACT:** In this paper, our goal is to study the role of the counter-argument relation in the negotiation of faces and places in the context of a journalistic interview. To meet our goal, we use an interactionist approach to study of discourse or textual relations proposed by the School of Geneva that has been developed by the Research Group in Pragmatics, Text and Discourse (GEPTED) of Federal University of Minas

---

\* Doutorando em Linguística do Texto e do Discurso - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (POSLIN/UFMG). Integrante do Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso (GEPTED/CNPq). E-mail: danielmrtinsb@gmail.com.

\*\* Doutoranda em Linguística do Texto e do Discurso - Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais (POSLIN/UFMG). Integrante do Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso (GEPTED/CNPq). E-mail: palomabbraga@gmail.com.

Gerais (UFMG). From our analysis, it was possible to verify that the counter-argument relation works as a resource that helps the speaker to prevent or, at least, to try to prevent objections from the interlocutor. It was possible to verify also that the discourse relation helps the speaker to object the interlocutor's move, to attack his face and to invade his place.

**KEYWORDS:** Counter-argument relation. Faces and places. Geneva Approach to Discourse Analysis.

## INTRODUÇÃO

Segundo Brito (2023a), é possível verificar na literatura dedicada ao estudo da articulação textual uma forte preocupação com:

- As propriedades estruturais das relações estabelecidas na superfície do texto, entre as partes que o compõem;
- O funcionamento das relações entre os constituintes do texto – ou relações retóricas (para a Teoria da Estrutura Retórica – RST (Mann; Thompson, 1988; Mann; Matthiessen; Thompson, 1992)), relações semânticas ou de coesão (para Halliday e Hasan (1976)), relações de discurso (para a Escola de Genebra (Roulet; Fillietaz; Grobet, 2001)) – na construção de uma unidade textual coesa e coerente ou suficientemente completa e informativa;
- Os aspectos sintáticos, semânticos e pragmáticos de marcadores linguísticos da articulação textual, como os conectores, as expressões conectivas, as conjunções, etc.

Nesse sentido, os estudos sobre articulação textual geralmente abordam aspectos estruturais e/ou comunicativos das relações que se estabelecem entre as informações ativadas no texto. Porém, deixam em segundo plano o funcionamento interacional dessas relações, mais especificamente o papel que exercem na gestão de imagens identitárias (faces e territórios) realizada pelos participantes de uma interação.

De acordo com Goffman (2011, p. 13-14), a face corresponde ao “valor social positivo que uma pessoa efetivamente reivindica para si mesma através da linha [de conduta] que os outros pressupõem que ela assumiu durante um contato particular”. A face também constitui “uma imagem do eu delineada em termos de atributos sociais aprovados” (Goffman, 2011, p. 14). Por sua vez, a noção de território diz respeito ao conjunto de elementos físicos e/ou simbólicos que, por constituir uma reserva pessoal de cada interactante, costuma ser por ele preservado de eventuais ataques intromissivos do outro em uma interação. O território também pode ser compreendido como o desejo de cada interactante não sofrer imposições do outro, bem como estar e permanecer em liberdade para agir (Goffman, 1973).

Nos últimos anos, na busca por contornar a lacuna da literatura sobre articulação textual, se desenvolve, no âmbito do Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso (GEPTED) da Universidade Federal de Minas Gerais, uma abordagem interacionista para o estudo das relações de discurso (cf. Cunha, 2015, 2016, 2017, 2019, 2020a, 2020b, 2021a, 2021b, 2021c, 2022, 2022b, 2022c). Essa abordagem, fundamentada em contribuições da vertente genebrina da Análise do Discurso<sup>1</sup>, focaliza no papel das relações propostas nesse quadro teórico como argumento, contra-argumento, comentário, preparação, topicalização, clarificação, sucessão e reformulação (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001), na dimensão ritual ou dramática das interações. Nessa dimensão, se estabelece a gestão conjunta de faces e territórios.

Essa abordagem interacionista se guia pela hipótese de que as relações de discurso estabelecidas pelo interlocutor permitem antecipar possíveis objeções do outro, seja o interlocutor ou um terceiro, em relação à natureza agressiva/ofensiva de seu texto ou “intervenção” (terminologia determinada pela Escola de Genebra), na busca por fazer com que o outro não considere tal intervenção/texto como um ataque à sua face e/ou uma invasão de seu território (cf. Cunha, 2020<sup>a</sup>).

Com base nessa hipótese, desenvolvemos uma pesquisa<sup>2</sup> entre 2021 e 2023 no Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Federal de Minas Gerais. O objetivo foi investigar o funcionamento das relações de discurso na negociação de imagens identitárias em entrevistas jornalísticas. Este trabalho apresenta parte dos resultados alcançados dessa pesquisa, concentrando-se no papel que a relação de contra-argumento desempenha na gestão de imagens identitárias em contexto de entrevista jornalística. Para isso, apresentaremos uma análise de cinco ocorrências dessa relação de discurso em uma entrevista concedida por Salman Rushdie à Folha de S. Paulo<sup>3</sup>. Essa entrevista, publicada por escrito em fevereiro de 2021 na seção “Fuga para a Frente” – uma seção com oito entrevistas criada em comemoração aos 100 anos de atuação da Folha no Brasil – constitui, junto a sete outras entrevistas dessa seção jornalística, o *corpus* definitivo da pesquisa.

Cabe esclarecer que, nas entrevistas desse *corpus*, as relações de argumento foram as mais frequentes. Porém, o estabelecimento de relações argumentativas como recurso para a

<sup>1</sup> A perspectiva genebrina da Análise do Discurso (ou Escola de Genebra) surgiu no final dos anos 1970 na Universidade de Genebra, a partir de um grupo de pesquisadores liderado pelo professor Eddy Roulet. Esse grupo tinha como objetivo descrever a articulação dos atos de fala – estudados até então de maneira isolada e descontextualizada na Teoria dos Atos de Fala (Austin, 1962; Searle, 1995) – na estrutura de discursos autênticos (não fabricados pelo próprio pesquisador). A partir dos anos 1990, o modelo genebrino passou a propor uma confluência de contribuições de abordagens teóricas focadas em aspectos isolados da organização do discurso, de modo a descrever e explicar, por meio de uma metodologia de análise modular, essa organização como o resultado da combinação de aspectos discursivos de três dimensões: situacional, linguística e textual (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001).

<sup>2</sup> A pesquisa, em nível de mestrado, foi desenvolvida sob orientação do Prof.(a) Dr. Gustavo Ximenes Cunha e com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

<sup>3</sup> A entrevista pode ser acessada na íntegra por meio do link: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha-100-anos/2021/02/reconstruir-a-crenca-das-pessoas-na-verdade-sera-um-longo-processo-diz-salman-rushdie.shtml>>. Acesso em: 24 fev. 2023.

negociação de imagens identitárias em contexto de entrevista jornalística já foi tomado como objeto de estudo em outro trabalho (Brito, 2023b). Portanto, optamos por focalizar a categoria de contra-argumento neste artigo, considerando que ela é a segunda mais recorrente no *corpus*. A escolha do gênero entrevista se justifica com o fato de ser precisamente esse o gênero estudado em nossa pesquisa.

Para alcançar o objetivo colocado, no próximo item apresentaremos algumas proposições teóricas da Escola de Genebra, que sustentam a abordagem interacionista adotada neste estudo. Em seguida, explicaremos alguns pressupostos teórico-metodológicos dessa abordagem. Posteriormente, mostraremos a análise das ocorrências da relação de contra-argumento na entrevista. Por fim, apresentaremos as considerações finais do estudo.

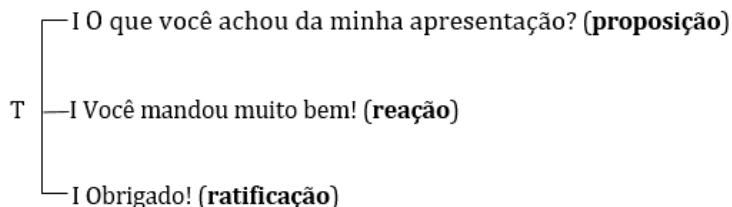
## **O DISCURSO COMO NEGOCIAÇÃO E OS PRINCÍPIOS DE COMPLETUDE MONOLÓGICA E DIALÓGICA: PROPOSIÇÕES TEÓRICAS DA ESCOLA DE GENEBRA**

Como informado, a pesquisa cujos resultados parciais são apresentados neste artigo se baseia em uma abordagem apoiada em contribuições da Escola de Genebra.

Para a Escola de Genebra, toda produção discursiva (oral, escrita, monologal, dialogal, polilodal, literária e não literária) é vista como interação verbal situada à qual subjaz um processo de negociação, em que os interlocutores iniciam proposições, reagem positiva ou negativamente a elas e as ratificam (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001). Nessa perspectiva, toda negociação se constitui de fases (proposição, reação negativa ou positiva, contra-proposição, ratificação), tal como ocorre neste diálogo: A – O que você achou da minha apresentação? (proposição) B – Você mandou muito bem! (reação positiva) A – Obrigado! (ratificação). A essa interação subjaz um processo de negociação formado por uma proposição (a pergunta), que motiva uma reação (a resposta) que, por sua vez, dá lugar a uma ratificação (o agradecimento).

Para o modelo genebrino, o processo de negociação se materializa em unidades textuais que estabelecem entre si relações de hierarquia e que constituem a estrutura do discurso (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001; Cunha, 2017). Para tornar possível a descrição da materialidade textual do processo de negociação, esse modelo oferece um importante instrumento metodológico: as estruturas hierárquicas. Através de uma estrutura hierárquica, a materialidade textual da negociação apresentada como exemplo, pode ser representada da seguinte maneira<sup>4</sup>:

<sup>4</sup> Nas estruturas, os constituintes textuais são indicados da seguinte forma: A (ato); I (intervenção); T (troca); Ts (troca subordinada); Ap (ato principal); As (ato subordinado); Is (intervenção subordinada); Ip (intervenção principal).

**Figura 1:** Estrutura hierárquica do processo de negociação

Fonte: Elaboração própria.

Na estrutura proposta, toda a negociação entre os interlocutores se textualiza em uma troca, uma unidade de análise textual máxima. Cada uma das fases constitutivas dessa negociação materializa uma intervenção, uma unidade de análise textual intermediária que pode ser constituída de outras intervenções e até mesmo trocas. Além desses dois tipos de constituintes, temos o ato, que corresponde à unidade textual mínima, sendo esta a menor unidade delimitada por uma e outra passagem da memória discursiva. A memória discursiva é definida como um “conjunto de saberes conscientemente partilhados pelos interlocutores” (Berrendoner, 1983, p. 230, tradução nossa).

Segundo Roulet, Filliettaz e Grobet (2001), toda negociação é regida pelo princípio de completude dialógica e pelo princípio de completude monológica. O primeiro princípio diz respeito ao alcance do duplo acordo pelos interlocutores. Conforme aponta Roulet *et al.* (1985, p. 15, tradução nossa)

toda negociação tem sua origem em um problema que dá lugar a uma iniciativa do locutor; essa iniciativa pede uma reação, que pode ser favorável ou desfavorável, do interlocutor. Se ela é favorável, o locutor pode encerrar a negociação, exprimindo, por sua vez, seu acordo.

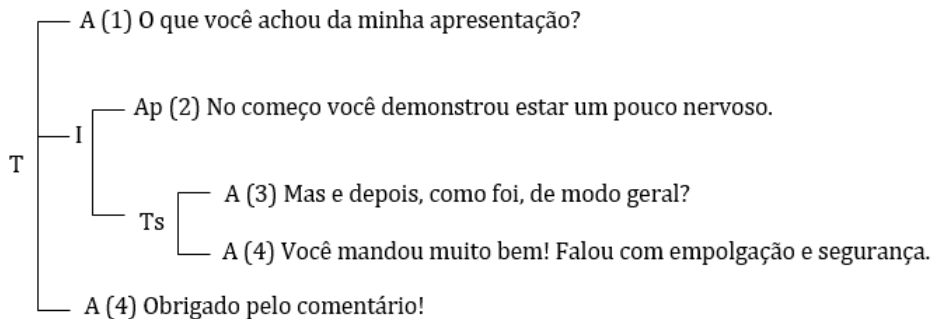
Na interação representada pela Figura 1, a completude dialógica é alcançada sem muitas dificuldades. A reação do interlocutor à pergunta do locutor é favorável, o que facilita o duplo acordo entre os interactantes. Dessa forma, a negociação pode ser concluída pelo locutor por meio da ratificação (o agradecimento).

O segundo princípio, o de completude monológica, estabelece a necessidade de o locutor elaborar cada uma das fases do processo de negociação (proposição, contra-proposição, reação negativa ou positiva e ratificação) de maneira que o interlocutor possa avaliá-la como obediente a uma restrição comunicativa e a uma restrição ritual. Do ponto de vista comunicativo, cada fase da negociação (intervenção) deve ser considerada pelo interlocutor como suficientemente completa e informativa. Do ponto de vista ritual, ela deve ser avaliada como uma intervenção que não coloca em risco as faces e os territórios em jogo (Roulet *et al.*, 1985; Roulet, 1986, 1987, 1992, 2003, 2006; Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001).

Caso o interlocutor considere que a intervenção do locutor não obedece às restrições (comunicativa e/ou ritual) de completude monológica, ou pelo menos a uma delas, ele pode momentaneamente suspender o processo de negociação principal e abrir uma negociação secundária, que se materializa em uma troca subordinada (Ts), a fim de solicitar esclarecimentos ao locutor (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001). Afinal, como afirma Roulet (1986, p. 190, tradução nossa), “é muito difícil reagir positivamente ou negativamente a uma proposição pouco clara ou incompleta, bem como é difícil avaliar uma reação incompleta”.

A estrutura a seguir representa a interação exemplificada na Figura 1. A interação caso o interlocutor tivesse julgado a resposta à pergunta como incompleta do ponto de vista da completude monológica:

**Figura 2:** O Princípio de Completude Monológica e a construção da intervenção



Fonte: Elaboração própria.

Nessa interação, o locutor reage (“No começo você demonstrou estar um pouco nervoso”) à pergunta realizada por seu interlocutor (“O que você achou da minha apresentação?”). Para esse interlocutor, a intervenção de resposta produzida pelo locutor não alcança a completude monológica, pois não atende à restrição comunicativa, ou seja, é insuficientemente completa e informativa. Por isso, ele abre uma troca subordinada (Ts) para clarificar a intervenção do locutor, perguntando: “Mas e depois, como foi, de modo geral?”. Somente após o locutor fornecer a informação solicitada (“Você mandou muito bem! Falou com empolgação e segurança.”) é que o interlocutor produz uma intervenção de ratificação (“Obrigado pelo comentário!”) encerrando assim a interação.

Vale esclarecer que o dever de avaliar a completude monológica da intervenção do locutor é exclusivamente do interlocutor (Roulet *et al.*, 1985). Mesmo que o locutor se esforce para elaborar uma intervenção que, sob seu ponto de vista, evita prejuízos às faces e aos territórios em jogo e é suficientemente completa, informativa e clara, tal intervenção permanece sujeita a eventuais objeções do interlocutor, uma vez que só este pode julgar, em última instância, a sua completude. É nessa perspectiva que Roulet (1986) chama atenção para a dimensão dialógica da construção do discurso. É em função do outro que o locutor elabora intervenções.

## AS RELAÇÕES DE DISCURSO

De acordo com Cunha (2017), os participantes de uma interação podem realizar diferentes manobras discursivas na tentativa de alcançar as completudes monológica e dialógica. Uma dessas manobras é o estabelecimento de relações de discurso entre os constituintes textuais que estruturam a produção discursiva. Na abordagem genebrina, propõem-se dois tipos de relações: as ilocucionárias, ligadas ao alcance da completude dialógica; e as interativas, ligadas ao alcance da completude monológica (Roulet *et al.*, 1985; Roulet, 1986, 1987, 2003, 2006; Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001).

As relações ilocucionárias ligam as intervenções constitutivas da troca. Conforme a posição das intervenções na estrutura da troca (Roulet, 2003, 2006; Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001), elas podem ser classificadas como iniciativas (pergunta, pedido ou asserção) ou reativas (resposta e ratificação). Segundo Roulet, a primeira intervenção da troca se liga à intervenção seguinte por uma relação ilocucionária iniciativa. Por sua vez, essa segunda intervenção se liga à primeira por uma relação ilocucionária reativa, ao mesmo tempo em que se liga à intervenção que a sucede por uma relação iniciativa (Roulet, 2003).

Já as relações interativas são recursos por meio dos quais o locutor indica a hierarquia<sup>5</sup> dos constituintes textuais que estruturam sua intervenção e os liga a informações da memória discursiva previamente ativadas nessa intervenção, promovendo a articulação textual do discurso (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001). No modelo genebrino, propõe-se que essas relações se distinguem em oito categorias genéricas: argumento, contra-argumento, reformulação, topicalização, sucessão, preparação, comentário e clarificação (Roulet, 1999, 2003, 2006; Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001). Em nível textual, essas relações podem ser indicadas por algumas marcas linguísticas como os conectores, as expressões conectivas e as construções sintáticas (Roulet, 1999, 2003, 2006; Roulet; Filliettaz; Grobet, (2001); Marinho (2002)):

**Quadro 1:** As relações interativas e suas marcas linguísticas

<b>Categoria</b>	<b>Marcador linguístico</b>
Argumento (arg)	<i>porque, se, para que, uma vez que, por exemplo, além de, pois, já que, por isso, então, desse modo, portanto, de modo que, por conseguinte, etc.</i>
Contraargumento (c-a)	<i>mas, porém, no entanto, todavia, embora, mesmo que, ainda que, apesar de, etc.</i>
Reformulação (ref)	<i>ou seja, isto é, na verdade, ou melhor, enfim, de fato, etc.</i>

continua

<sup>5</sup> Para a Escola de Genebra, um constituinte pode ser coordenado, subordinado ou principal em relação a outro. É subordinado quando sua presença no texto depende da presença de outro constituinte, denominado como principal. Nesse caso, em um eventual resumo do texto, o constituinte subordinado pode ser suprimido sem comprometer o sentido global desse texto, ao passo que o constituinte principal não. São coordenados os constituintes cujas existências não dependem uma da outra (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001).

continuação

<b>Categoria</b>	<b>Marcador linguístico</b>
Topicalização (top)	deslocamento à esquerda ou marcadores como <i>quanto a, em/com relação a, no que diz respeito a, no que tange a, etc.</i>
Comentário (com)	<i>onde, que, no/a qual, cujo/a, em que, o que, etc.</i>
Sucessão (suc)	<i>depois de, em seguida, logo após, etc.</i>
Preparação (prep)	Sem marca específica: a relação é explicitada quando o constituinte subordinado antecede um constituinte principal (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001).
Clarificação (cla)	Sem marca específica: a relação é explicitada quando uma troca subordinada é aberta após um constituinte principal para esclarecê-lo (Roulet; Filliettaz; Grobet, 2001).

Fonte: Elaboração própria.

Cabe esclarecer que, embora as relações interativas possam ser sinalizadas pelas marcas linguísticas listadas no Quadro 1, elas nem sempre são, de fato, explicitadas por conectores, construções sintáticas ou expressões conectivas. Isso pode ocorrer quando a relação entre os constituintes textuais é tão evidente que a) torna desnecessária a presença de um marcador ou b) permite que os interlocutores, por inferência, estabeleçam tal relação sem grandes dificuldades (Marinho, 2002).

No que concerne à relação de contra-argumento, que é foco deste trabalho, ela se estabelece, de acordo com Roulet *et al.* (1985), quando dois constituintes textuais se contradizem e, ao mesmo tempo, resolvem essa contradição no interior da intervenção. O autor propõe a seguinte definição geral para a categoria genérica de contra-argumento, na qual C é um conector contra-argumentativo:

Na sequência p C q, q está em uma relação de contradição com p tal que (i) ou q invalida a relação de implicação de p com não-q convocada pela enunciação de p (ii) ou o ato de argumentação realizado em q invalida o ato de argumento realizado em p (Roulet *et al.*, 1985, p. 133-134, tradução nossa).

Em outros termos, a relação de contra-argumento se estabelece quando, em uma intervenção, ao serem articulados dois constituintes textuais X e Y, a informação da memória discursiva com origem em X (constituinte subordinado) é interpretada como um contra-argumento que deve ser negado ou refutado pela informação expressa ou ativada em Y (constituinte principal) (Brito, 2023a; Cunha, 2017). A contra-argumentação também pode ser compreendida como uma relação em que um constituinte X leva a uma conclusão p que é negada, refutada ou anulada por um constituinte Y, levando a uma conclusão oposta a p (não-p). Para exemplificar essa relação de discurso e proporcionar uma clara definição, apresentamos a seguir



um excerto da entrevista concedida por Salman Rushdie à Folha de S. Paulo, em que a relação é estabelecida:

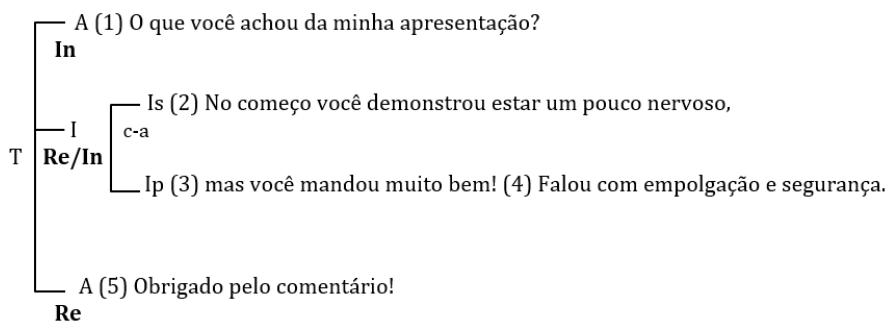
FOLHA DE S. PAULO (Sylvia Colombo) – (1) O governo Trump acabou, (2) mas as fake news persistem. (3) Qual crê que deveria ser o papel do jornalismo profissional nesses tempos?

Nessa intervenção de pergunta elaborada pela jornalista Sylvia Colombo, a relação de contra-argumento é marcada pelo conector “mas”, que introduz o ato (2). Da maneira como a locutora construiu sua intervenção, é possível extrair do ato “(1) O governo Trump acabou,” uma conclusão como “Portanto, as fake news também acabaram”. Ao se valer do conector contra-argumentativo, a locutora faz com essa conclusão derivada do ato (1) seja interpretada como um contra-argumento que deve ser negado ou refutado pela informação expressa no segundo ato (as fake news persistem).

Como informado, o estabelecimento de relações de discurso interativas constitui um procedimento interacional que os interlocutores podem realizar na busca para atender às restrições comunicativa e ritual de completude monológica. Ao estabelecer relações de argumento, contra-argumento, topicalização, entre outras, o locutor busca garantir que sua intervenção seja percebida pelo interlocutor como suficientemente completa, esclarecedora e informativa (atendendo à restrição comunicativa) e pouco ou nada ameaçadora às faces e aos territórios em jogo na interação (atendendo à restrição ritual).

Com base nessas considerações, podemos compreender que, se na interação apresentada na Figura 2, o locutor tivesse estabelecido uma relação de contra-argumento, ele teria demonstrado ao interlocutor um esforço para alcançar a completude monológica e, dessa maneira, evitaria que sua intervenção fosse julgada como desobediente à restrição comunicativa<sup>6</sup>:

**Figura 3:** A relação de contra-argumento e o alcance da completude monológica.



Fonte: Elaboração própria.

<sup>6</sup> Na estrutura, a memória discursiva e as relações de discurso (ilocucionárias e interativas) são indicadas da seguinte maneira: In (relação ilocucionária iniciativa); Re (relação ilocucionária reativa); M (memória discursiva); arg (argumento); c-a (contra-argumento); com (comentário); ref (reformulação); top (topicalização); prep (preparação); suc (sucessão); cla (clarificação).

Como é possível perceber, as relações interativas apresentam um funcionamento intimamente ligado à interação, pois ajudam os interlocutores a alcançar a completude monológica.

Apesar de o estabelecimento das relações textuais estar ligado tanto à restrição comunicativa quanto à restrição ritual (Roulet; Fillietaz; Grobet, 2001), os trabalhos conduzidos pela Escola de Genebra sobre articulação textual priorizaram “a exigência comunicativa de completude monológica, desconsiderando o peso da restrição ritual sobre o estabelecimento desse tipo de relação” (Brito, 2023a, p. 67). Por isso, sob a perspectiva dos estudos do discurso, pouco foi estudado o papel das relações interativas na negociação de faces e territórios, o que aponta uma necessidade de uma abordagem que focalize as funções que tais relações desempenham na dimensão dramatúrgica da interação.

## **UMA ABORDAGEM INTERACIONISTA PARA O ESTUDO DAS RELAÇÕES DE DISCURSO INTERATIVAS**

A abordagem interacionista adotada neste trabalho tem sido desenvolvida nos últimos anos por Cunha (2015, 2016, 2017, 2019, 2020a, 2020b, 2021a, 2021b, 2021c, 2022a, 2022b, 2022c), no âmbito do Grupo de Estudos sobre Pragmática, Texto e Discurso, sediado na Universidade Federal de Minas Gerais, conforme apresentado em Introdução.

Tal proposta teórica, que especifica e revisa o tratamento dado pela Escola de Genebra às relações de discurso interativas, apoia-se em alguns princípios. Segundo esses princípios, o estudo dessas relações deve

- Analisar sequências de interações efetivamente produzidas e não enunciados fabricados pelo analista ou enunciados autênticos, mas retirados do contexto sequencial em que foram produzidos;
- Conceber as relações de discurso como ações que os interlocutores realizam (justificar, comentar, reformular, contra-argumentar, exemplificar etc.), adotando uma concepção praxiológica (acional) da linguagem;
- Considerar cada relação de discurso como parte da dinâmica interacional em que foi produzida, o que implica considerar a posição sequencial da relação e os elos que o turno no qual foi produzida estabelece com os turnos precedentes e seguintes;
- Considerar a atuação das relações de discurso e de suas marcas na co-construção dos formatos de participação e na negociação (gestão) de faces, papéis sociais e lugares, concebendo-as como índices de contextualização;
- Entender a estrutura do texto e os efeitos de hierarquização que lhe são inerentes não como propriedades imanentes a um artefato (o

produto texto), mas como o resultado de um “trabalho de estruturação” (Filliettaz, 2020, p. 78) realizado pelos interlocutores;

- Conceber as marcas das relações (conectores e estruturas sintáticas) como traços do processo de negociação ou desse “trabalho de estruturação”, traços cuja escolha está diretamente. (Cunha, 2022c, p. 4-5).

De acordo com a hipótese geral que guia essa abordagem interacionista, estabelecer relações de discurso entre as porções ou os constituintes de um texto (oral, escrito, monológico, dialogal ou polilógico) constitui um procedimento linguageiro que o locutor realiza para interagir com o outro (interlocutor ou terceiro), negociando com ele faces e territórios. Em outros termos,

as relações de discurso que o locutor estabelece entre as informações que expressa permitem a ele antecipar-se a possíveis objeções do outro (interlocutor ou terceiro) quanto à natureza ofensiva de sua intervenção, na busca por fazer com que o outro não avalie essa intervenção como um ataque à sua face ou uma invasão de seu território (Cunha, 2020a, p. 110).

Tendo em vista essa hipótese, é possível considerar que o locutor, por meio das relações de argumento, comentário, topicalização, entre outras, tenta impedir “que o outro inicie uma troca reparadora, troca que, por ter como fim exatamente reparar a ofensa cometida pelo locutor, é sempre perigosa para sua face e seu território (Cunha, 2020a, p. 110). Desse modo, mobilizar argumentos para sustentar ou defender uma opinião ou um ponto de vista, comentar, preparar ou reformular informações ativadas em um texto correspondem não apenas a manobras de construção textual, mas também – e principalmente – a procedimentos pelos quais o locutor tenta garantir que suas intervenções não sejam avaliadas como ofensivas pelo outro. Em outras palavras, são intervenções que apresentam problemas comunicativos e/ou rituais.

De acordo com Cunha (2020a, p. 119), “os problemas comunicativos são violações das máximas conversacionais de Grice”, ao passo que os problemas rituais “podem ser entendidos como violações das máximas de polidez propostas por Leech”. O quadro a seguir sintetiza essas máximas.

Caso o interlocutor avalie que a intervenção do locutor não alcança a completude monológica por violar quaisquer dessas máximas, ele pode considerar que tal intervenção é ofensiva (Cunha, 2020a, 2020b). Contudo, conforme Brito (2023a) aponta, não é sempre que uma intervenção que viola as máximas conversacionais e/ou de polidez é vista como problemática pelo interlocutor. Isso pode ocorrer em função das características situacionais do contexto em que os interlocutores estão inseridos (Brito, 2023a). Por exemplo, em um debate eleitoral, a violação da máxima de modéstia pelos candidatos é uma ação esperada no gênero debate, já que uma das características desse gênero é possibilitar que os candidatos se autoelogiem para convencer o público do merecimento para ganhar a eleição e ocupar o cargo pleiteado

(Braga, 2021a, 2021b). Nesse contexto específico, uma intervenção que viola a máxima de modéstia pode não ser considerada ofensiva pelo outro.

**Quadro 2:** As relações interativas e suas marcas linguísticas

<b>Máximas conversacionais (Grice, 1975, p. 45-46, tradução nossa)</b>	
Quantidade	1. Faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto solicitado (para o propósito da conversação). 2. Não faça sua contribuição mais informativa do que é solicitado.
Qualidade	1. Não diga o que você acredita ser falso. 2. Não diga aquilo para o qual você não pode fornecer evidência adequada.
Relevância	Seja relevante.
Modo	Seja claro. 1. Evite obscuridade de expressão. 2. Evite ambiguidade. 3. Seja breve (evite prolixidade desnecessária). 4. Seja ordenado.
<b>Máximas de polidez (Leech, 2014, p. 91, tradução nossa)</b>	
Generosidade	Dê um alto valor aos desejos de O (ouvinte).
Tato	Dê um baixo valor aos desejos de F (falante).
Aprovação	Dê um alto valor às qualidades de O.
Modéstia	Dê um baixo valor às qualidades de F.
Obrigação (do falante para o ouvinte)	Dê um alto valor à obrigação de F para O.
Obrigação (do ouvinte para o falante)	Dê um baixo valor à obrigação de O para F.
Concordância	Dê um alto valor às opiniões de O.
Reticência de opinião	Dê um baixo valor às opiniões de F.
Simpatia	Dê um alto valor aos sentimentos de O.
Reticência de sentimento	Dê um baixo valor aos sentimentos de F.

Fonte: Grice (1975, p. 45-46, tradução nossa); Leech (2014, p. 91, tradução nossa).

Se o interlocutor avalia que a intervenção do locutor é ofensiva e, na tentativa de reparar a ofensa sofrida, ele pode realizar uma objeção (Cunha, 2020b). A objeção constitui um recurso por meio do qual o interlocutor

torna o locutor-ofensor consciente da ofensa que cometeu, ao mesmo tempo em que causa prejuízos à sua imagem identitária. Isso porque, ao fazer uma objeção, ele ataca a face do ofensor, atribuindo-lhe valores

como inabilidade ou incapacidade de adequar a sua linha de conduta ao encontro, e invade o seu território, restringindo sua liberdade de ação, na medida em que o obriga a fazer uma retratação ou uma adequação de seu comportamento inesperado (Brito, 2023a, p. 72).

Com a objeção, o interlocutor pode, segundo Cunha (2019), pedir esclarecimentos sobre o conteúdo expresso na intervenção do locutor. Pode também reagir negativamente à intervenção do locutor ou refutar as informações que nela são expressas. Seja como for, a objeção sempre coloca em perigo a imagem identitária do locutor-ofensor, cuja intervenção é avaliada como desobediente às restrições comunicativa e/ou ritual de completude monológica.

Até este ponto, expusemos e explicamos as noções de processo de negociação, completude dialógica e monológica e relação de discurso. Conforme mencionado anteriormente, essas noções, que são propostas no modelo genebrino de Análise do Discurso, são a base da abordagem teórica adotada neste trabalho. Além disso, também explicamos algumas proposições teóricas dessa abordagem interacionista. Com base no referencial teórico apresentado, no próximo item, iremos ilustrar uma possível análise que demonstra em que medida a relação de contra-argumento pode ser considerada como um recurso utilizado pelos participantes de uma entrevista jornalística para interagir e negociar faces e territórios.

## **O FUNCIONAMENTO DA RELAÇÃO DE CONTRA-ARGUMENTO NA GESTÃO DE FACES E TERRITÓRIOS EM UMA ENTREVISTA JORNALÍSTICA**

Neste item, apresentamos uma análise do papel que a relação de contra-argumento pode exercer na dimensão dramática de um excerto da entrevista jornalística protagonizada pela jornalista Sylvia Colombo (entrevistadora) e pelo escritor Salman Rushdie (entrevistado).

Para realizar a análise, seguimos um percurso metodológico estruturado em cinco etapas. Na primeira etapa, segmentamos o texto em atos, os quais, conforme a perspectiva genebrina apresentada, representam a menor unidade de análise textual. Na segunda etapa, identificamos as relações de discurso interativas entre os constituintes textuais. Na terceira etapa, analisamos as possíveis objeções que poderiam ser levantadas diante de cada uma das relações interativas identificadas na etapa anterior. Na quarta etapa, avaliamos os impactos que essas objeções poderiam ter na preservação da face e do território do locutor. Na última etapa, investigamos a eficácia do estabelecimento da relação no enfrentamento das objeções.

Na primeira etapa, a segmentação da entrevista em atos foi guiada por alguns critérios propostos pelo modelo genebrino de Análise do Discurso. De acordo com esses critérios, os sinais de pontuação (ponto-final, ponto e vírgula, ponto de interrogação, ponto de exclamação e dois-pontos) e os conectores (mas, pois, porque etc.) indicam o limite entre dois atos. Segundo

tais critérios, podem ser considerados atos orações justapostas e coordenadas, as orações adverbiais e adjetivas explicativas, os sintagmas ou adjuntos adverbiais deslocados à esquerda, os adjuntos adverbiais intercalados, os apostos e vocativos (Roulet; Fillietaz; Grobet, 2001).

Na segunda etapa, a identificação das relações interativas se baseou, principalmente, na observação das marcas linguísticas sinalizadoras das relações, como os conectores e as expressões conectivas. Na ausência dessas marcas, recorreremos ao teste de inserção de marcadores no texto (Roulet; Fillietaz; Grobet, 2001; Marinho, 2002), de modo a determinar a relação de discurso não marcada. Assim se, por exemplo, entre dois constituintes textuais foi possível inserir um conector como “porque” ou “pois” – que marcam a relação de argumento (Roulet; Fillietaz; Grobet, 2001) – mas não um conector ou uma expressão conectiva como “em seguida”, “isto é” ou “mas” – que marcam, respectivamente, as relações de sucessão, reformulação e contra-argumento –, consideramos que os constituintes se articulam pela relação de argumento.

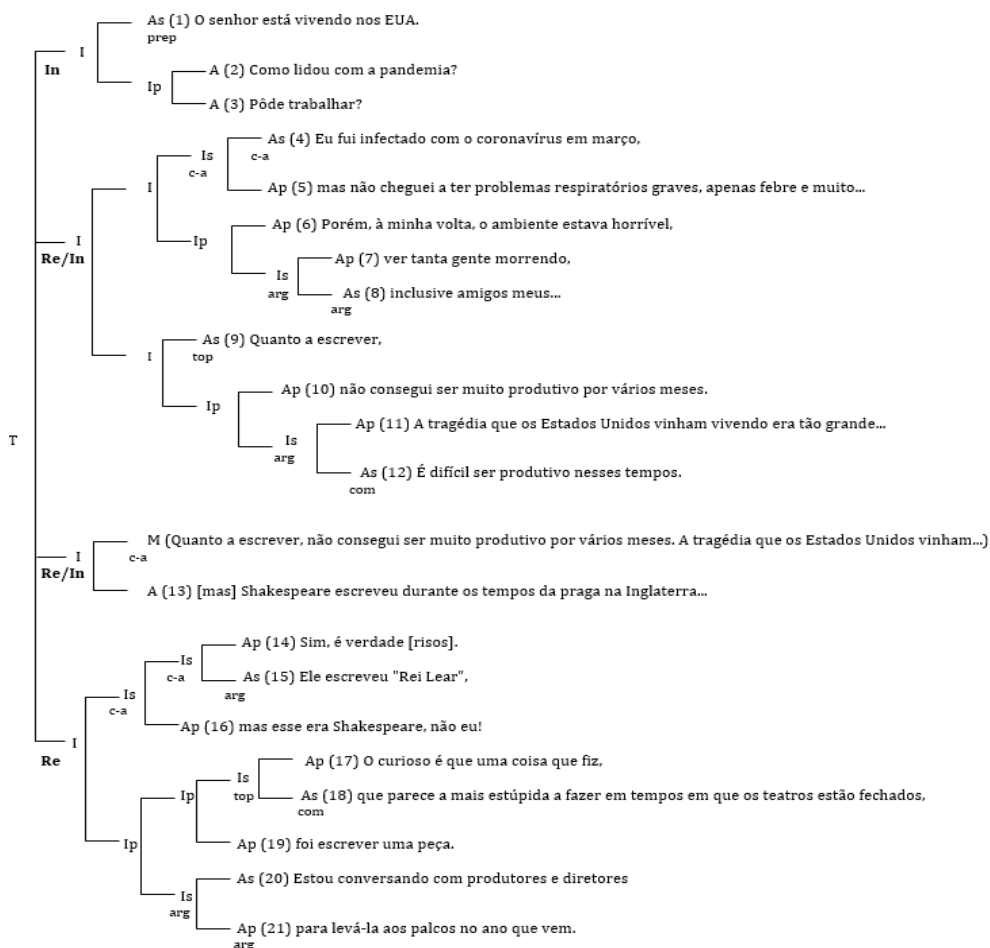
Com a aplicação desse teste e com a observação das marcas linguísticas no texto, identificamos um total de 30 ocorrências da relação de contra-argumento na entrevista. Para a análise, selecionamos um excerto da entrevista em que são estabelecidas cinco relações contra-argumentativas (quatro pelo entrevistado e uma pela entrevistadora). Esse excerto constitui a primeira troca (pergunta seguida de resposta) construída pelos interlocutores na interação.

FOLHA DE S. PAULO (Sylvia Colombo) – (1) O senhor está vivendo nos EUA. (2) Como lidou com a pandemia? (3) Pôde trabalhar?

SALMAN RUSHDIE – (4) Eu fui infectado com o coronavírus em março, (5) mas não cheguei a ter problemas respiratórios graves, apenas febre e muito cansaço. (6) Porém, à minha volta, o ambiente estava horrível, (7) ver tanta gente morrendo, (8) inclusive amigos meus... (9) Quanto a escrever, (10) não consegui ser muito produtivo por vários meses. (11) A tragédia que os Estados Unidos vinham vivendo era tão grande que superou meu instinto criativo. (12) É difícil ser produtivo nesses tempos. FOLHA DE S. PAULO (Sylvia Colombo) – (13) [mas] Shakespeare escreveu durante os tempos da praga na Inglaterra...

SALMAN RUSHDIE – (14) Sim, é verdade [risos]. (15) Ele escreveu “Rei Lear”, (16) mas esse era Shakespeare, não eu! (17) O curioso é que uma coisa que fiz, (18) que parece a mais estúpida a fazer em tempos em que os teatros estão fechados, (19) foi escrever uma peça. (20) Estou conversando com produtores e diretores (21) para levá-la aos palcos no ano que vem.

Do ponto de vista textual, o excerto pode ser representado pela seguinte estrutura hierárquica:

**Figura 4:** Estrutura hierárquica do excerto em análise (A)

Fonte: Elaboração própria.

Na troca, a entrevistadora pergunta ao entrevistado como enfrentou a pandemia de covid-19 (atos 1-3). Em seguida, o escritor responde que foi infectado com o coronavírus, conta a maneira como lidou com a covid-19 e com o ambiente ao seu redor. Aborda também sobre seu trabalho como escritor durante a pandemia (atos 4-12).

A primeira ocorrência da relação de contra-argumento (c-a) é marcada pelo conector “mas” e articula, na resposta de Salman Rushdie, o ato (5) e a informação da memória discursiva com origem no ato (4) (“eu fui infectado com o coronavírus em março”). Dessa informação é possível extrair a conclusão de que Salman Rushdie, se foi infectado com o coronavírus, pode ter apresentado sintomas graves da doença causada por esse vírus (a covid-19). Porém, o locutor, ao lançar mão do conector “mas”, refuta tal informação com o Ap (5) e, desse modo, anula ou bloqueia a conclusão que dela pode ser derivada.

Já a segunda ocorrência é marcada pelo conector “porém” e liga, também na intervenção do entrevistado, a Ip (6-8) à informação da memória discursiva com origem na Is (4-5) (fui infectado com o coronavírus, mas não cheguei a ter problemas respiratórios graves, apenas febre e muito cansaço). Essa informação pode levar à conclusão de que a covid-19 causou apenas sintomas leves em Salman Rushdie, não exercendo nenhum outro tipo de impacto negativo em sua vida. No entanto, ao se valer do conector “porém”, o entrevistado nega ou refuta tal informação, anulando a conclusão que dela pode ser extraída.

Na primeira ocorrência da relação de contra-argumento, o locutor, ao introduzir o ato (5) por meio do conector “mas”, traz uma informação sobre o seu estado de saúde após a infecção por coronavírus; na segunda, ao introduzir a Ip (6-8) por meio do conector “porém”, ele apresenta uma informação sobre os impactos da pandemia de covid-19 sobre a sua vida. Dessa maneira, com ambas as ocorrências, o locutor, fornecendo em sua intervenção informações para torná-la suficientemente completa e informativa (do ponto de vista de sua interlocutora), demonstra obediência deliberada à máxima de quantidade (Grice, 1975).

Desse modo, podemos considerar que as duas relações de discurso funcionam como pistas de contextualização, ou seja, “traços linguísticos que contribuem para a sinalização de pressuposições contextuais” (Gumperz, 2013 p. 152). No caso, o pressuposto sinalizado é uma linha de conduta ou um comportamento que, do ponto de vista do entrevistado, deve ser por ele adotado na interação (um comportamento informativo). Isso porque, ao se valer dos conectores “mas” e “porém”, fazendo emergir a relação de contra-argumento, o entrevistado sinaliza que, no contexto em que está situado junto à entrevistadora, ele deve adotar, diante de sua interlocutora, o comportamento mais informativo possível.

Assim, entendemos que essa relação interativa funciona como um recurso de enquadramento que, ao ser estabelecida pelo entrevistado, o auxilia a categorizar ou enquadrar (Goffman, 1986) a interação da qual ele participa junto à entrevistadora como uma interação em que é esperada a adoção de um comportamento que possa ser avaliado por esta como suficientemente informativo.

Nessa perspectiva, se o entrevistado não estabelecesse a relação de discurso e dissesse apenas “Eu fui infectado com o coronavírus em março”, ele deixaria de deliberadamente demonstrar respeito à máxima de quantidade, o que poderia fazer com que sua intervenção fosse vista como ofensiva pela entrevistadora (Cunha, 2020a, 2020b). Nesse caso, a intervenção do locutor ficaria mais suscetível a objeções (pedidos de clarificação, por exemplo) por parte da entrevistadora, como “Você teve algum sintoma grave?”, “Como ficou seu estado de saúde depois da infecção?”, “Quais sintomas você teve?” ou “Quais os impactos que a pandemia causou em sua vida?”.

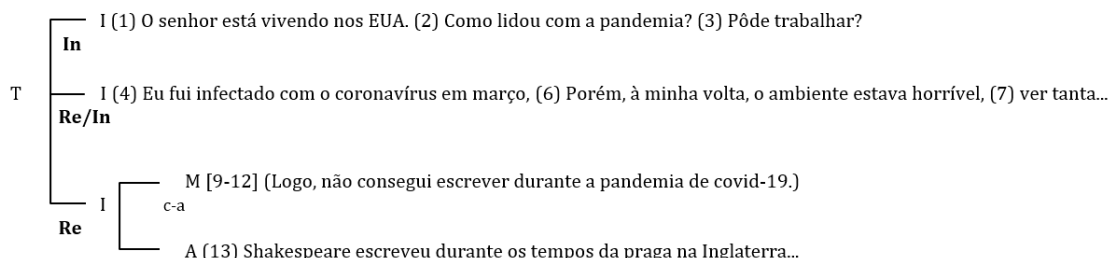
Com essas objeções, a entrevistadora certamente colocaria em risco a imagem identitária do entrevistado. Isso porque ela invadiria o território dele, imputando-lhe a obrigação de completar sua intervenção com mais informações e, conseqüentemente, restringindo sua



liberdade para agir. Além disso, a entrevistadora atacaria a face do entrevistado, colocando em questão sua habilidade comunicativa para produzir respostas suficientemente completas e informativas. No entanto, ao estabelecer as duas relações de contra-argumento, Salman Rushdie consegue efetivamente impedir que a jornalista faça objeções como as que apresentamos no último parágrafo.

Apesar disso, a intervenção do entrevistado recebe uma objeção por parte da entrevistadora. A jornalista, diante da resposta produzida pelo escritor, elabora o ato “(13) Shakespeare escreveu durante os tempos da praga na Inglaterra...” e, estabelecendo a relação de contra-argumento, liga esse ato a uma informação estocada na memória discursiva com origem nos atos (9-12), da intervenção construída por Salman Rushdie. Essa informação é uma conclusão que pode ser inferida a partir dos atos (9-12) (logo, não consegui escrever durante a pandemia de covid-19), conforme mostra a estrutura hierárquica a seguir.

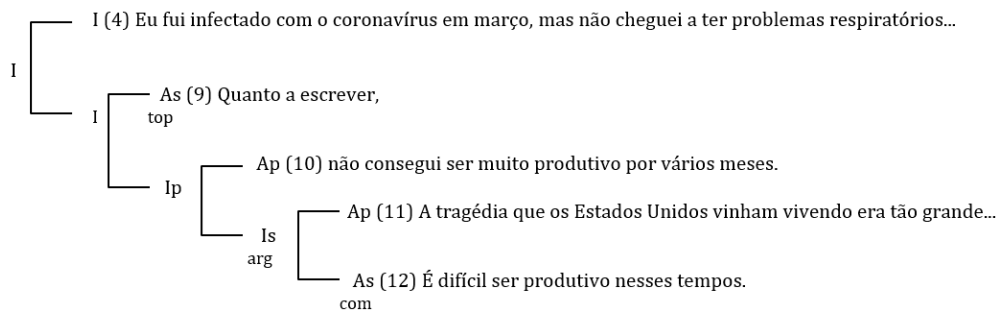
**Figura 5:** Estrutura hierárquica do excerto em análise (B)



Fonte: Elaboração própria.

A interpretação de relação que a entrevistadora recorre para introduzir o ato (13) é a de contra-argumento e se apoia na possibilidade de inserção de um conector como “mas” no início do constituinte. Ao estabelecer essa relação interativa, que corresponde à terceira ocorrência que analisaremos, a jornalista faz uma objeção à conclusão que pode ser extraída dos atos (9-12) (logo, não consegui escrever durante a pandemia de covid-19), produzidos por Salman Rushdie.

Para melhor compreender o que pode ter motivado a entrevistadora a fazer a objeção, é necessário observar mais detalhadamente a materialidade textual da intervenção (9-12), produzida por Salman Rushdie:

**Figura 6:** Estrutura hierárquica: intervenção de resposta de Salman Rushdie

Fonte: Elaboração própria.

Com o ato (10), o entrevistado diz que não conseguiu ser produtivo por vários meses e, para justificar essa afirmação, introduz os atos (11-12) por meio da relação de argumento. Entretanto, do ponto de vista da entrevistadora, o argumento de justificativa não foi considerado suficientemente razoável. Isso porque, com o ato (13), ela refuta esse argumento ao mencionar que Shakespeare conseguiu ser produtivo durante uma pandemia na Inglaterra. Dessa forma, com o ato (13), a jornalista sinaliza que, para ela, o entrevistado não apresentou em sua intervenção uma evidência adequada para a afirmação feita no ato (10), ou seja, ele violou a máxima de qualidade, que estabelece que o locutor não deve dizer aquilo para o qual não pode fornecer a devida evidência (Grice, 1975).

Em outras palavras, a jornalista, ao estabelecer a relação de contra-argumento para introduzir o ato (13), indica que o argumento formado pelos atos (11-12), embora possa justificar a improdutividade de Salman Rushdie durante a pandemia de covid-19, não constitui uma evidência capaz de devidamente comprovar tal improdutividade. Afinal, se é verdade que ser produtivo em tempos de pandemia é difícil ou impossível, Shakespeare não teria escrito uma obra durante a praga na Inglaterra. Portanto, a entrevistadora, com a relação contra-argumentativa, manifesta sua interpretação de que a resposta do entrevistado, justamente por infringir uma máxima conversacional (qualidade), é problemática do ponto de vista comunicativo (Cunha, 2020a, 2022b), sendo, por isso mesmo, ofensiva.

Sob nossa perspectiva, essa relação funciona como uma pista de contextualização (Gumperz, 2013 [1982]) pois, ao estabelecê-la, a locutora torna pública sua interpretação de que, na interação da qual participa, espera-se que ela, ao assumir o papel de entrevistadora, oponha-se ao entrevistado e discorde dele, caso julgue necessário. Com base nas proposições de Leech (2014), é possível compreender que, do ponto de vista do Princípio de Polidez, esse pressuposto contextual se associa à infração da máxima de concordância (dê um alto valor às opiniões do outro). Assim, ao se valer da relação de contra-argumento, a entrevistadora viola essa máxima de polidez e, por extensão, manifesta a adoção de uma linha de conduta provocativa e afrontosa. Afinal, por meio da contra-argumentação, ela expressa sua discordância em

relação ao entrevistado e reage negativamente à informação implícita da memória discursiva com origem nos atos (9-12) por ele produzidos.

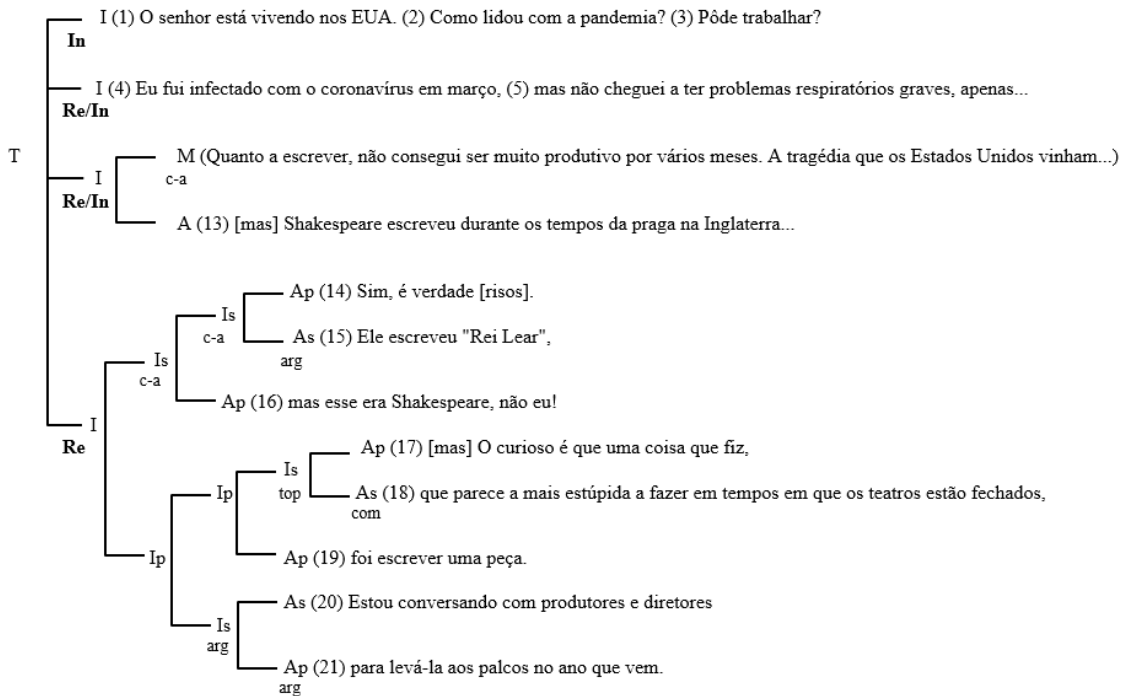
Segundo Cunha (2019, p. 10), quando um interactante reage negativamente a uma intervenção de outro interactante – tal como a entrevistadora faz lançar mão da relação de contra-argumento para introduzir o ato (13) e, com esse ato, endereçar uma objeção à intervenção de resposta do entrevistado – ele evidencia “dificuldades em alcançar o duplo acordo, bem como o antagonismo de seus pontos de vista”. Dessa maneira, a jornalista enquadra o contexto de que participa e constrói junto ao entrevistado (cf. Goffman, 1986) como um contexto polêmico, em que são esperados o dissenso, o confronto ou desacordo, bem como a adoção de uma linha de conduta provocativa.

Em reação ao comportamento adotado pela entrevistadora a partir do estabelecimento da relação de contra-argumento, o entrevistado elabora a seguinte intervenção:

SALMAN RUSHDIE – (14) Sim, é verdade [risos]. (15) Ele escreveu “Rei Lear”, (16) mas esse era Shakespeare, não eu! (17) O curioso é que uma coisa que fiz, (18) que parece a mais estúpida a fazer em tempos em que os teatros estão fechados, (19) foi escrever uma peça. (20) Estou conversando com produtores e diretores (21) para levá-la aos palcos no ano que vem.

Do ponto de vista textual, essa intervenção de reação do entrevistado, que conecta-se a toda a troca que estava em curso por uma relação ilocucionária reativa, pode ser representada pela estrutura hierárquica a seguir.

**Figura 7:** Estrutura hierárquica: reação do entrevistado à objeção da entrevistadora



Fonte: Elaboração própria.

Com a elaboração da intervenção (14-21), o entrevistado indica que, embora tenha aceitado a objeção da repórter, ele não concorda integralmente com essa objeção. Ao elaborar os atos “(14) Sim, é verdade [risos]. (15) Ele escreveu ‘Rei Lear’”, Salman Rushdie ratifica a informação de que William Shakespeare produziu durante os tempos de praga na Inglaterra e cita uma peça produzida pelo escritor inglês nesse período (“Rei Lear”). Assim, ele manifesta uma validação da objeção feita pela entrevistadora no momento em que ela estabeleceu a relação de contra-argumento para introduzir o ato (13). Nessa perspectiva, o locutor demonstra aceitar pacificamente a violação da máxima de concordância por sua interlocutora, ou seja, o comportamento discordante, afrontoso ou provocativo que foi adotado pela jornalista diante dele.

No entanto, logo em seguida, Salman Rushdie, estabelecendo a relação de contra-argumento marcada pelo conector “mas”, introduz o ato “(16) mas esse era Shakespeare, não eu!”. Ao se valer dessa relação de discurso, que corresponde à quarta ocorrência selecionada para a análise, o entrevistado, na nossa interpretação, realiza uma objeção justamente à objeção feita pela entrevistadora com o ato (13). Ao agir por meio da relação de contra-argumento, ele também viola a máxima de concordância para manifestar sua interpretação de que, embora Shakespeare tenha enfrentado uma pandemia – assim como ele – e mesmo assim ter conseguido produzir uma peça de teatro, os dois são pessoas diferentes e únicas. Por essa razão, não há qualquer motivo para compará-los.

Desse ponto de vista, o estabelecimento da quarta ocorrência da relação contra-argumentativa, assim como o estabelecimento da terceira, não auxilia o locutor a bloquear objeções, mas constitui, por si só, uma objeção. Por meio da contra-argumentação, o entrevistado reage negativamente ao ato (13), elaborado pela entrevistadora e, dessa maneira, ratifica a maneira como a jornalista havia enquadrado a interação como mais polêmica/conflituosa, no momento em que ela produziu tal ato. Tendo em vista que a realização de uma reação negativa é um indício “[d]a existência de um antagonismo forte entre os interactantes” (Cunha, 2019, p. 23), Salman Rushdie, quando introduz o ato “(16) mas esse era Shakespeare, não eu!” por meio da relação de contra-argumento, manifesta a adoção de uma linha de conduta igualmente discordante, afrontosa e provocativa. Sob esse prisma, compreendemos que a relação contra-argumentativa atua como um recurso interacional de primeira importância, na medida em que, constituindo uma objeção, contribui para a manutenção de um contexto polêmico e conflituoso.

Em seguida, o entrevistado estabelece uma nova relação de contra-argumento para introduzir os atos “(17) O curioso é que uma coisa que fiz, (18) que parece a mais estúpida a fazer em tempos em que os teatros estão fechados, (19) foi escrever uma peça. (20) Estou conversando com produtores e diretores (21) para levá-la aos palcos no ano que vem”. Com essa relação, que corresponde à quinta ocorrência selecionada para a análise, Salman Rushdie subordina – tornando menos importante – sua discordância perante a objeção da jornalista (ato (13)).

Dessa maneira, o entrevistado promove uma mudança de *footing* ou do tipo de alinhamento (Goffman, 2013 [1979]) que havia estabelecido com a entrevistadora, quando ele produziu o ato (16). Com esse ato, ele objetou ou reagiu negativamente ao ato (13) elaborado por sua interlocutora. Assim, ao estabelecer a relação de contra-argumento mais uma vez, o entrevistado reenquadra a interação (cf. Goffman, 1986), reavaliando-a como menos tensa, na tentativa de mitigar o grau de antagonismo entre ele e a jornalista e de minimizar a possibilidade de sua reação negativa à objeção feita pela repórter ser interpretada como ofensiva.

Sob essa ótica, se Salman Rushdie não estabelecesse a relação de discurso e dissesse apenas “Sim, é verdade. Ele escreveu “Rei Lear”, mas esse era Shakespeare, não eu!”, a entrevistadora poderia considerar que sua intervenção, por desobedecer deliberadamente a máxima de concordância, é ofensiva. Consequentemente, ela, na busca por reparar a ofensa sofrida, poderia ser motivada a fazer objeções como “Não quis comparar você a Shakespeare. Só fiz uma observação. Não precisa ficar irritado/nervoso/ofendido”. Ao utilizar objeções assim, a repórter atacaria a face do escritor ao colocar em evidência a adoção de um comportamento colérico por parte dele. E assim, o entrevistado poderia ser (des)qualificado como ignorante, irritado, ou destemperado – adjetivos que compõem uma ampla paleta de valores sociais que poderiam ser atribuídos a ele em função de seu comportamento ofensivo.

Todavia, quando se vale da relação de contra-argumento para introduzir os atos (17-21), Salman Rushdie consegue efetivamente impedir que a jornalista Sylvia Colombo avalie sua intervenção como ofensiva e faça uma objeção. Logo, consegue evitar que sua face sofra os eventuais prejuízos implicados por essa objeção. Uma prova de que o estabelecimento da relação é efetivo no bloqueio de objeções por parte da entrevistadora é que ela, diante da resposta elaborada pelo escritor, produz uma nova pergunta:

FOLHA DE S. PAULO (Sylvia Colombo) – (1) Seu romance mais recente, “Quichotte”, lembra o dilema que Jorge Luis Borges (1899-1986) apresentou em “Pierre Menard, Autor do Quixote”, (2) um conto que trata de um escritor que tenta reescrever o “Dom Quixote”, (3) tal qual o fez Cervantes. (4) Como foi o desafio para você?

Em contexto de entrevista, quando o entrevistador elabora uma nova pergunta logo após uma resposta elaborada pelo entrevistado, ele indica que, a seu ver, essa resposta é suficientemente adequada (tanto do ponto de vista comunicativo quanto do ponto de vista ritual), o que o permite dar continuidade à interação (Brito, 2022, 2023a, 2023b).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentando parte dos resultados alcançados em uma pesquisa por nós desenvolvida entre 2021 e 2023, este trabalho teve por objetivo estudar o papel da relação de contra-argumento na negociação de imagens identitárias em contexto de entrevista jornalística. Para alcançar esse objetivo, adotamos uma abordagem interacionista para o estudo das relações de discurso, apoiada em contribuições da Escola de Genebra. À luz dessa abordagem, analisamos cinco ocorrências da relação de contra-argumento em um excerto de entrevista jornalística escrita.

Com as análises, foi possível demonstrar que a relação de contra-argumento pode desempenhar, pelo menos, duas principais funções interacionais. A primeira, que confirma a hipótese subjacente a este trabalho, consiste em auxiliar o locutor a antecipar-se a possíveis objeções do interlocutor quanto à natureza ofensiva de sua intervenção, na tentativa de bloqueá-las e, conseqüentemente, impedir que sua face e seu território sofram com os prejuízos implicados por essas objeções. Das cinco ocorrências analisadas, três apresentam esse papel bloqueador de objeções.

A segunda função, por sua vez, consiste em permitir que o locutor reaja negativamente à intervenção do outro, de modo a objetá-la. No excerto estudado, duas ocorrências apresentam essa função. Em ambos os casos, foi possível perceber uma regularidade no funcionamento interacional da relação contra-argumentativa.

Seja como recurso para bloquear de objeções ou para fazer objeções, a relação de contra-argumento atua como um elemento linguístico por meio do qual o locutor sinaliza a adoção de diferentes linhas de conduta (elogiosa, crítica, modesta, arrogante, afrontosa, amistosa etc.), a partir da violação e/ou obediência deliberada às máximas conversacionais e/ou de polidez. Assim, o locutor categoriza ou enquadra a interação de que participa junto ao interlocutor como mais ou menos tensa, cortês, polêmica, amigável, conflituosa, etc., dependendo da linha de conduta que ele adota por meio da contra-argumentação.

Diante dessas considerações, acreditamos que este trabalho alcançou o objetivo proposto, ao explicitar que a relação de contra-argumento e suas marcas, como os conectores “mas” e “porém”, não funcionam apenas como recursos linguísticos de articulação textual ou de construção da coesão do texto. Mais do que isso, como tentamos demonstrar, as relações contra-argumentativas e suas marcas atuam como elementos essencialmente interacionais, por meio dos quais os participantes de uma interação podem i) antecipar-se a eventuais objeções uns dos outros; ii) reagir negativamente às intervenções uns dos outros; iii) adotar diferentes linhas de conduta e iv) enquadrar a interação de variadas maneiras (mais ou menos séria, formal, descontraída, tensa, agressiva, etc.).

## REFERÊNCIAS

AUSTIN, J. L. **How to do things with words**. Oxford: Clarendon Press, 1962.

BERRENDONER, A. “Connecteurs pragmatiques” et anaphore. **Cahiers de linguistique française**, Genebra, v. 5, p. 215-246, 1983.

BRAGA, P. B. **O papel do comentário metadiscursivo em debate eleitoral polilocal: estratégia discursiva no jogo de faces**. 2021. 273f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021a.

BRAGA, P. B. Impacto do uso do comentário metadiscursivo no jogo de faces em um debate eleitoral: o não-alcance da completude monológica. In: MATTOS, E. *et al.* (org.). **Percursos acadêmicos e debates interinstitucionais**. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2021b. p. 214-227.

BRITO, D. M. O estabelecimento da relação interativa de preparação como manobra de gestão de faces e territórios em uma entrevista escrita. In: Mattos, E. *et al.* (orgs.). **Percursos acadêmicos e debates interinstitucionais: pesquisas desenvolvidas no Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos da UFMG**. São Paulo: Pimenta Cultural, 2022, p. 285-302.

BRITO, D. M. **O funcionamento das relações de discurso na dimensão dramática de entrevistas jornalísticas: uma abordagem interacionista**. 2023. 247f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2023a.

BRITO, D. M. Análise do papel da relação de argumento na dimensão dramática de uma interação. In: FREIRE, R. G. S. *et al.* (orgs.). **Linguística em debate: desafios e perspectivas**. Campinas: Pontes, 2023b, p. 310-334.

CUNHA, G. X. As relações retóricas e a negociação de faces em debate eleitoral. **Confluência**, v. 1, n. 47, p. 205-238, 2015.

CUNHA, G. X. Estudo da negociação de faces em debate eleitoral: o papel das relações retóricas. **Estudos Linguísticos**, Campinas, v.45, n.3, p. 815-829, 2016.

CUNHA, G. X. O papel dos conectores na co-construção de imagens identitárias: o uso do mas em debates eleitorais. **Alfa: Revista de Linguística**, São Paulo, v. 61, n. 3, p. 599-623, 2017.

CUNHA, G. X. Estratégias de impolidez como propriedades definidoras de interações polêmicas. **DELTA**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 1-28, 2019.

CUNHA, G. X. Elementos para uma abordagem interacionista das relações de discurso. **Linguística**, Montevideu, v. 36, p. 107-129, 2020a.

CUNHA, G. X. Uma abordagem interacionista para o estudo do papel das relações de discurso na construção conjunta de imagens identitárias. **Filologia e Linguística Portuguesa**, v. 22, p. 151- 170, 2020b.

CUNHA, G. X. Relações de discurso e completude monológica: o impacto da restrição ritual sobre o estabelecimento das relações interativas. **Forma y Función**, Bogotá, v. 34, p. 1-24, 2021a.

CUNHA, G. X. O papel das relações de discurso em uma entrevista concedida pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao jornal Le Monde. **Revista Letras Raras**, Campina Grande, v. 10, n. 2, p. 185-205, 2021b.

CUNHA, G. X. Para uma caracterização formal e funcional da troca subordinada de clarificação. **Diacrítica**, v. 35, n. 1, p. 207-228, 2021c.

CUNHA, G. X. O papel do conector aliás na articulação de argumentos e na construção de imagens identitárias. **Confluência**, Rio de Janeiro, n. 62, p. 122-149, 2022a.

CUNHA, G. X. Os conectores e seu papel na construção de imagens identitárias: uma perspectiva pragmática. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, v. 51, n. 1, p. 122-146, 2022b.

CUNHA, G. X. A reformulação em uma perspectiva interacionista para o estudo das relações de discurso. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 64, p. 1-18, 2022c.

FILLIETTAZ, L. Le travail de structuration des activités éducatives. In: FILLIETTAZ, L.; ZOGMAL, M. (Eds.). **Mobiliser et développer des compétences interactionnelles en situation de travail éducatif**. Toulouse: Octarès Éditions, 2020, p. 63-80.



- GOFFMAN, E. **Interaction Ritual: essays on face-to-face behavior**. New York: Pantheon Books, 1967[1955]. p. 5-45.
- GOFFMAN, E. **La mise en scène de la vie quotidienne: les relations em public**. Paris: Les Éditions de Minuit, 1973.
- GOFFMAN, E. **Ritual de interação: ensaios sobre o comportamento face a face**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GOFFMAN, E. Footing. Tradução de Beatriz Fontana. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Org.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Loyola, p. 107-148, 2013 [1979].
- GOFFMAN, E. **Frame Analysis: an Essay on the Organization of Experience**. Boston: Northeastern University Press, 1986.
- GRICE, H. P. Logic and conversation. In: COLE, P.; MORGAN, J. (Eds.) *Syntax and Semantics 3: Speech Acts*. New York: Academic Press, p. 41-58, 1975.
- GUMPERZ, J. J. Convenções de contextualização. Tradução de José Luiz Meurer e Viviane Herbele. In: RIBEIRO, B. T.; GARCEZ, P. M. (Org.). **Sociolinguística interacional**. São Paulo: Loyola, p. 149-182, 2013.
- HALLIDAY, M. A. K.; HASAN, R. **Cohesion in English**. London: Longman, 1976.
- LEECH, G. **The pragmatics of politeness**. Oxford: Oxford University Press, 2014.
- MANN, W. C.; THOMPSON, S. A. Rhetorical structure theory: Toward a functional theory of text organization. **Text-interdisciplinary Journal for the Study of Discourse**, v. 8, n. 3, p. 243-281, 1988.
- MANN, W. C.; MATTHIESSEN, C. M. I. M.; THOMPSON, S. A. Rhetorical structure theory and text analysis. In: MANN, W. C.; THOMPSON, S. A (Ed.) **Discourse description: Diverse linguistic analyses of a fund-raising text**. Amsterdam, John Benjamins, p. 39-78, 1992.
- MARINHO, J. H. C. **O funcionamento discursivo do item “onde”: uma abordagem modular**. 2002. 305f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.
- ROULET, E. *et al.* **L’articulation du discours en français contemporain**. Berne: Lang, 1985.
- ROULET, E. Completude interactive et mouvements discursifs. **Cahiers de linguistique française**, Genebra, n.7, p. 189-206, 1986.
- ROULET, E. Complétude interactive et connecteurs reformulatifs, **Cahiers de linguistique française**. Genebra, n. 8, p. 111-140, 1987.

ROULET, E. On the structure of conversation as negotiation. *In*: PARRET, H.; VERSCHUEREN, J. (Orgs.) **(On) Searle on conversation**. Amsterdam: John Benjamins, 1992, p. 91-99.

ROULET, E. **La description de l'organisation du discours**. Paris: Didier, 1999.

ROULET, E. Une approche modulaire de la problematique des relations de discours. *In*: MARI, H. *et al.* **Análise do discurso em perspectivas**. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2003. p. 149-178.

ROULET, E. The description of text relation markers in the Geneva model of discourse organization. *In*: FISCHER, K. (Ed.). **Approaches to discourse particles**. Amsterdam: Elsevier, 2006. p. 115-131.

ROULET, E.; FILLIETTAZ, L.; GROBET, A. **Un modèle et un instrument d'analyse de l'organisation du discours**. Berne: Lang, 2001.

SEARLE, J. What is a speech act? *In*: BLACK, M. (Ed.) **Philosophy in America**. Cornell: Cornell University Press, 1965, p. 136-154.

Recebido para publicação em: 26 set. 2023.

Aceito para publicação em: 21 dez. 2023.